



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS	
CEOP	
N.º ÚNICO	468474
ENTRADA / SAÍDA N.º	468 DATA 20/06/13

Exmo. Senhor Presidente da
Comissão de Economia e Obras Públicas
Assembleia da República

Lisboa, 20 de Junho de 2013.

Assunto Requerimento para audição sobre o “Céu Único Europeu 2+” e suas implicações para o futuro da NAV e da soberania nacional na gestão do espaço aéreo

Exmo. Senhor,

Foram recentemente anunciadas as medidas e políticas que a Comissão Europeia, sob a capa do chamado “Pacote SES 2+” (no âmbito do “Céu Único Europeu”), pretende implementar no sector – e para as implicações que isso representa para o futuro da própria NAV Portugal, com a estrutura que hoje lhe conhecemos.

No pacote SES 2+ recentemente apresentado e que se encontra em processo de discussão pública, a Comissão Europeia vai mais longe do que nunca, propondo pura e simplesmente que os chamados serviços de suporte – todas as atividades relacionadas com a área da Informação Aeronáutica (AIM), com a área de desenvolvimento e manutenção de sistemas e infraestruturas técnicas (CNS) e de formação dos profissionais do sector – sejam separadas daquilo que a Comissão apelida de atividade “core” dos ANSP (Air Navigation Service Providers), ou seja, o serviço de controlo de tráfego aéreo.

Fica assim aberto o caminho para que a atividade e estrutura dos prestadores seja reduzida a este último serviço, criando-se as condições para a externalização e mercantilização de todos os outros. Tudo isto sem se valorizar a importância da presença de todos os intervenientes na cadeia de segurança numa estrutura única e integrada. Assim, as estruturas dos trabalhadores afirmam que estamos perante um cenário de desmantelamento a prazo dos ANSP (ou pelo menos de alguns destes).

Por outro lado, surgem alertas também sobre o documento produzido pelo *Performance Review Body* (PRB) relativo aos objetivos de desempenho para o segundo período de referência (RP2 2015-2019), que se encontra também em processo de discussão pública.

Estão já em cima da mesa novas reduções substanciais de custos, depois daquelas que foram já implementadas no RP1 (2012-2014). Coloca-se de forma crescente o problema do contínuo esmagamento dos custos com as potenciais consequências ao nível da segurança e

estabilidade do sistema. Não se pode ignorar nesta matéria o que tem sido a experiência concreta de opções deste tipo em áreas tão sensíveis como o sistema de gestão do tráfego aéreo.

Acresce que, recentemente, a EUROCONTROL (enquanto órgão de suporte e aconselhamento técnico da Comissão Europeia) tem vindo a criar e desenvolver um novo conceito de “serviço centralizados”, dando conta da sua intenção de o implementar em tempo recorde.

Importa desde já que a Comissão aprecie e discuta a posição assumida pelo Governo (e com que critérios e justificações), quanto ao problema da separação do serviço ATC/Controlo de Tráfego Aéreo, relativamente a todas as atividades relacionadas com a área da Informação Aeronáutica (AIM), com a área de desenvolvimento e manutenção de sistemas e infraestruturas técnicas (CNS) e de formação dos profissionais do sector.

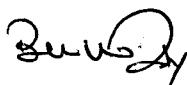
Estamos perante um processo de crítica importância para Portugal, numa área verdadeiramente estratégica e de impactos profundos na economia, soberania e segurança nacional. Trata-se de uma matéria relativamente à qual a Assembleia da República não pode ficar indiferente.

Assim, e no sentido de abordar a matéria referida, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer a audição das seguintes entidades na Comissão:

- 1. Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;**
- 2. Conselho de Administração da NAV;**
- 3. Organizações Representativas dos Trabalhadores da Empresa;**

Com o melhor cumprimento,

Pelo Grupo Parlamentar do PCP



Bruno Dias

N.º Ref.ª/43869-1399/INPA